

Ao reunir pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento como as Ciências Humanas e as Ciências Sociais Aplicadas, as organizadoras, Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro,- buscaram abrir o leque de abordagens em torno da temática proposta: as mulheres sob diversos olhares e sua inserção em tempos e espaços diferentes. Essa multiplicidade de olhares permitiu uma composição multidisciplinar, o que enriquece os estudos sobre mulheres, contribuindo com escolhas e abordagens teórico-metodológicas apropriadas a cada tema. Concordamos com as organizadoras quando afirmam que esse livro, por sua natureza multifacetada, apresenta uma narrativa que agrega uma leitura agradável com a apresentação de resultados de pesquisas e discussões sobre temáticas ainda desconhecidas do campo do saber, como as velhas e viúvas, de autoria da pesquisadora Alda Motta.

O livro é bem ilustrado, a iconografia faz parte das pesquisas apresentadas e que contribuíram para exemplificar as discussões realizadas no interior de cada capítulo. Outro item bastante informativo diz respeito às micro biografias, importante para se identificar o lugar de fala de cada autora e permite inferir sobre os vínculos teórico-metodológicos partilhados entre os grupos de pesquisa, estudados em rede, e a formação de cada uma delas.

No capítulo de abertura “O caleidoscópio dos arranjos familiares“, Ana Silvia Scott estuda os papéis femininos na estrutura familiar, observando alterações e permanências ocorridas no mundo feminino ao longo do século XX. As mudanças ocorridas na sociedade influenciaram o modelo familiar forjado no seio do patriarcado, motivando o que a autora denominou de “velhos e novos arranjos familiares”, numa evidente busca por compreender

¹ Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal da Bahia (1983), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1995) e pós doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (2009-2010). É Professora Associada III do Departamento de História, da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, rebeldias, região, literatura e gênero.

as famílias das primeiras décadas do século XXI, passando pela própria constituição da família, o controle conceutivo e o casamento em si, concluindo pela existência de diversos tipos familiares e a perspectiva de outras mudanças em curso.

June E. Hahner, em “Honra e distinção das famílias”, enfrenta o desafio de estudar as mulheres de elite, adentrando pela discussão sobre as imagens e os estereótipos da sociedade, visando desmistificar a ideia de ociosidade creditada a essas mulheres em contraponto às mulheres das classes subalternas, cuja imagem está vinculada ao chamado mundo do trabalho.

Nessa inserção pela vida doméstica das famílias de elite, a autora preocupou-se com as relações estabelecidas entre as mulheres, seja de elite ou não, na circulação dessas mulheres nos diversos espaços da casa, além de registrar alterações dos costumes decorrentes desses trânsitos internos. Em “Trabalho, escola e lazer”, Silvia Fávero Arend toma a infância feminina como objeto de análise, contextualizando o conceito de infância, indicando uma periodicidade para situar as meninas de família de elite em contraposição às pobres. Nessa distinção, foi evidenciada a formação religiosa, a transformação das escolas exclusivas para o sexo feminino e a adoção do modelo de escola mista. Outro ponto estudado é o ideal de beleza e suas implicações para a inserção das meninas em outro nicho ocupacional: a carreira de modelos. Desta forma, é compreensível que a autora tenha trabalhado com os séculos XIX e XX, expressando uma trajetória das mudanças ocorridas no período estudado, onde a infância e a adolescência foram resignificadas e assumiram as roupagens próprias de cada tempo/espaço histórico.

As viúvas existem e existiram sempre e, apesar de expressivas do ponto de vista demográfico, continuam ainda desinteressantes para a ciência, como afirma Alda Motta em seu capítulo intitulado “Elas começam a aparecer“, constituindo-se em uma categoria “desimportante socialmente”. (2012, p.84) A autora chama a atenção para o mercado matrimonial e a preferência dos homens brasileiros por mulheres mais jovens, aliada a baixa expectativa de vida no país.

Com “Sempre Bela”, Denise Bernuzzi de Sant’Anna introduz a relação entre os cuidados dedicados ao corpo e os padrões de beleza cultivados na sociedade. A partir do tipo feminino disseminado pelo cinema norte-americano, a autora descreve a forma como as mulheres deveriam cortar e arrumar os cabelos, além do uso de adereços e as

recomendações sobre os limites para o uso de maquiagem ao longo do século XX. Relacionado com os cuidados com o corpo e o aumento do consumo, estavam os perfis femininos e o acesso à emergente indústria de conservação da juventude, com destaque para a prática de exercícios físicos e do regime alimentar como maneiras de manter formas físicas ideais e, conseqüentemente, a juventude.

O trabalho feminino e as transformações econômicas no Brasil do século XX são as preocupações de Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, em “Espaço feminino no mercado produtivo”, na qual analisam a inserção da mulher nas demandas do mercado de trabalho, especialmente associado com as guerras mundiais, quando houve uma maior abertura de postos de trabalho na economia brasileira. Destacam-se ainda as várias ocupações produtivas das quais as mulheres retiravam seus sustentos e de suas famílias. As autoras traçam o contexto em que as mulheres assumiram espaços antes ocupados pelos homens, a exemplo do magistério e a formação no ensino superior, principalmente aquelas que possuíam condições de custear tal formação.

Como nem só de trabalho vivem as mulheres, Raquel de Barros Miguel e Carmen Rial, em “Programa de Mulher”, introduzem a discussão sobre o lazer e o seu papel na vida das mulheres, enfatizando a questão central do texto: a busca pelo lazer feminino e a necessidade de sua afirmação, argumentando que as mulheres também têm lazer e que seu universo encontra-se para além das fronteiras do mundo doméstico. Utilizando a literatura de ficção, as autoras discutem as alterações na rotina familiar, a partir da incorporação, na vida doméstica, de equipamentos como a televisão – consumo ampliado com a importância desses equipamentos ao lazer, reforçados pelo acesso às salas de cinema. As autoras analisam a emergência dos grandes centros comerciais e sua relação com a autonomia feminina de transitar em diversos espaços sociais, principalmente custeados por seu próprio trabalho.

No Brasil, onde a migração é uma marca histórica, Maria Silvia Bassanezi discute sobre “Mulheres que vem, mulheres que vão”, apresentando as motivações para as migrações e os elementos de atração que transformou o Brasil em destino para muitas mulheres. A migração da mulher do campo para os grandes centros industriais levou um grande contingente feminino a dispor de sua força de trabalho para ocupar postos de serviço disponíveis, mesmo na grande lavoura, como foi o caso dos cafezais. A autora se

preocupou em apresentar as condições de trabalho dessas mulheres migrantes e adentrou pelo movimento de mulheres enredadas no turismo sexual e no tráfico internacional de mulheres, bem como as estratégias para vencer os desafios de viver em terra estrangeira.

Maria Ligia Coelho Prado e Stella Scatena Franco, em “Participação feminina no debate público brasileiro”, tomaram como mote para identificar as chamadas mulheres “célebres” e “ilustres” um rol de mulheres consideradas excepcionais em suas trajetórias pessoais, elaborando outra listagem onde se encontram as mulheres que defenderam ideais femininos em defesa da autonomia das mulheres e do direito ao voto.

Em “A conquista do espaço público”, Rachel Soihet retoma o estudo das trajetórias das mulheres e a inserção do feminino nos contextos específicos, sendo as pautas feministas demandas fundamentais para a inclusão das mulheres no Brasil cidadão, a exemplo da educação e do sufrágio. Com o Estado Novo (1937-1945), a autora destaca as demandas de uma população vivendo uma ditadura cujo discurso político buscava a inclusão das mulheres sem definir a sua participação política como agentes de suas próprias histórias.

Joana Maria Pedro deu continuidade ao estudo dos feminismos no Brasil em “Corpo, prazer e trabalho”, no qual expõe e define as articulações entre o feminino e o feminismo, apontando os estereótipos construídos em torno desses dois conceitos. A autora contextualiza a discussão sobre o feminismo de “Segunda Onda”, pontuando na cronologia os momentos cruciais onde são perceptíveis as mudanças em curso, bem como os caminhos percorridos por mulheres pesquisadoras para o desenvolvimento de seus estudos o surgimento grupos de estudo formados por homens e mulheres, objetivando discutir temáticas variadas, especialmente sobre ser homem e ser mulher, seus papéis e novas conformações sociais.

A introdução da categoria “gênero” na análise das relações sociais foi indicada por Joana Pedro como um avanço para a realização de novos estudos. Chegamos ao meio da coletânea e já temos uma quantidade significativa de estudos e pesquisas em curso. Respirar e dar continuidade à leitura é um desafio que se impõe a(o) leitor(a), pois foi gratificante a empatia histórica que se estabeleceu entre os trabalhos analisados e a leitora. De qualquer sorte, mergulhamos mais uma vez nessa narrativa prazerosa e desafiadora.

A busca por alterar a ordem jurídica foi uma luta encampada pelas mulheres através da associação para eleger representantes que lutassem por essa pauta fundamental. “A trilha

legislativa da mulher” traçada por Iáris Ramalho Cortes se propõe a analisar o aparato legal republicano e sua relação com a cidadã, demonstrando os avanços e retrocessos, além de centrar suas críticas à legislação civil, especialmente o Código Civil de 1916, em que são apontados os elementos do preconceito do legislador em relação às mulheres, a exemplo do que trata os artigos referentes ao casamento. Em seguida, analisa a legislação pós Constituição de 1988 e a legislação civil que reconheceu os novos arranjos familiares, a manutenção dos filhos e os direitos sexuais e reprodutivos.

Ainda na linha dos direitos das mulheres, Lara Lage e Maria Beatriz Nader recorreram ao aparato legal na história do Brasil e ao patriarcado para analisar a violência contra as mulheres. A partir do que chamam legitimação da violência contra as mulheres presente no período colonial e imperial, introduzem a discussão sobre a condição social e a violência contra as mulheres, processo ocorrido ao longo do século XX. Para tanto, utilizam como fontes os crimes registrados nas páginas dos jornais e que tiveram grande repercussão na sociedade, para evidenciar os momentos em que os mesmos ocorreram e a reação a cada crime

O tema controle do corpo e da sexualidade está presente em “Três gerações de mulheres”, de Débora Diniz. Nele, evidenciam-se as práticas contraceptivas, o aborto e as disputas entre os médicos e os praticantes de cura. Os avanços farmacêuticos, a exemplo da pílula anticoncepcional, os remédios utilizados como abortivos foram traduzidos para discussão como mote para analisar o direito da mulher a decidir sobre a gestação, os problemas com a má formação do feto e a interrupção da gravidez. Sobre essas últimas problemáticas foram indicadas as prescrições legais e os riscos advindos dos processos abortivos.

Um tema que perpassou vários capítulos da coletânea foi a educação em seus vários espaços de aprendizagem, todavia Fúlvia Rosemberg, em “Mulheres educadas e a educação de mulheres” oportuniza a construção da trajetória da história da educação para as mulheres e a ampliação da rede escolar, objetivando a formação das mulheres e para as mulheres. Neste sentido é que a autora estabelece relação entre a pesquisa sobre mulheres e a qualificação acadêmica feminina e, com isso, chama a atenção para a pesquisa engajada e a crítica a essa opção teórico-metodológica. Tal condição pode ser identificada na existência

de um feminismo militante e, outro, acadêmico, apontando para as aproximações e divergências entre eles e o embate com os pesquisadores defensores do antifeminismo.

Dois capítulos tratam da mulher negra. O primeiro, de autoria de Maria Odila Leite, intitulado “Resistir e sobreviver”, estuda mulheres negras escravizadas na África e que chegaram ao Brasil através do tráfico de escravos. A condição feminina foi discutida a partir do trabalho desempenhado pelas mulheres escravas e a violência perpetrada pelos senhores, seja através de humilhações, maus tratos e, muitas vezes, estupro.

A autora introduziu a temática dos casamentos entre escravos, enfatizando a atenção para os ritos africanos e a problemática da separação dos cônjuges, por venda. A Igreja Católica, em 1835, reconheceu a livre escolha do cônjuge, situação essa contestada pelos senhores, ciosos da preservação de seu patrimônio, uma vez que a fuga foi um recurso utilizado para proteção da família escrava e, em contrapartida, os anúncios, por seus donos, para recuperar as suas mãos e pés.

A cosmogonia no cativeiro foi outro recurso encontrado para a escravaria amenizar seus sofrimentos e, ao mesmo tempo, imprimir o medo aos senhores que receavam o uso de feitiço por seus escravos, especialmente as mulheres que dominavam as práticas de cura. O mundo do cativeiro e a diversidade de atividades realizadas pelas escravas possibilitaram a existência de uma série de mecanismos de resistência ao domínio dos senhores, como também a busca da liberdade. Entretanto, alcançar o status de liberdade, por um lado, permitiu participar de outro estatuto jurídico, mas não o afastava da neutralidade escravocrata e, com ela, dos seus preconceitos.

O segundo capítulo que trata das mulheres negras é “Protagonismo ignorado”, de Bebel Nepomuceno. A autora buscou no sistema escravista as raízes para a discriminação e hierarquização da sociedade brasileira, indicando a escravidão como a responsável pela desqualificação do trabalho manual e pela disparidade de salários pagos às mulheres negras em relação ao mesmo trabalho realizado por mulheres brancas. A educação seria, portanto, o caminho para reverter a situação, em que a capacitação das mulheres negras contribuiria para reduzir a discriminação. A autora aponta dados estatísticos que registram o aumento da escolarização desse grupo na sociedade.

A categoria chefe de família foi utilizada para discutir a manutenção das famílias a partir do trabalho feminino, entrando ainda na seara dos chamados novos arranjos

familiares e a posição da mulher negra nessa nova conjuntura. Por fim, a autora evidencia os espaços de escolarização e organização das mulheres negras e a necessidade de ampliação da presença dessas mulheres no movimento feminista, como uma forma de defesa de pautas específicas para essas mulheres. Defende-se, então, a inserção dessas mulheres na esfera política, no exercício de mandatos eletivos e na ocupação de cargos públicos. Dessa forma, elas teriam maior visibilidade social, e, com isso, espaço para lutar por suas pautas.

As minorias sociais também estiveram presentes na coletânea através do capítulo dedicado às mulheres indígenas. Com o título “Depoimento de uma militante”, Azelene Kaingáng relata a sua experiência de mulher indígena, cuja trajetória se estende do nascimento até a fase adulta, incluindo as dificuldades em cuidar das famílias e as definições de papéis femininos e masculinos. Apesar da sua formação e educação política, a autora considera que há entraves à participação das mulheres indígenas diante do “protagonismo masculino”. Chama a atenção para as mudanças em curso e a repressão sofrida durante a ditadura militar, quando foi restringido o uso de uma língua, além da chegada opressiva da “civilização” às comunidades indígenas.

A participação das mulheres em movimentos armados é a preocupação de Cristina Scheibe Wolf, em “Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras”. Nesse capítulo iniciado com uma discussão sobre a associação entre arma e guerra à masculinidade, a autora puxou o fio da moeda para apresentar uma tipologia na qual foram definidos os perfis femininos. Esse perfil começa com as Amazonas, cujo armamento se constitui no domínio do uso do arco e da flecha. Analisa-se, na sequência, a trajetória de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, conhecida por atuar na Guerra de Independência da Bahia, bem como de outros ícones da história do Brasil, como Ana Maria de Jesus Ribeiro, a futura Anita Garibaldi. Na Guerra do Paraguai, registra-se a presença de Ana Neri e, por fim, discute-se acerca da abertura dos quadros militares para as mulheres no século XX, especialmente na II Guerra.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho e o reconhecimento das demandas, reforçada pela pressão exercida pelos movimentos feministas, contribuíram para a definição, pela ONU, da década de 1980 ser considerada a Década da Mulher. Dentre as conquistas específicas do período está a incorporação das mulheres nas Forças Armadas, mas isso não lhe garantiu qualquer reconhecimento de igualdade de gênero, pois elas

continuam sendo discriminadas, haja vista as áreas de atuação na entidade. Esse novo espaço representou também a possibilidade de abertura de novos postos de trabalho no Brasil, com uma realidade de déficit de emprego.

Tania Regina de Luca, em “Mulheres em Revista”, tomou as revistas femininas como objeto de análise e esmiuçou as próprias revistas, sua estrutura, distribuição das seções e os conteúdos dos seus textos.

No final da coletânea, dois capítulos de autoria de Carla Bassanezi Pinsky buscam apontar para os caminhos e descaminhos dos modelos femininos ao longo do século XX, discutindo estereótipos correntes na sociedade influenciada por elementos do patriarcado que sobreviveram às transformações e às lutas feministas para alteração da realidade feminina na sociedade brasileira.

No último capítulo, a autora estuda os perfis destoantes na sociedade e a conformação de novos perfis desviantes, calcados nas mudanças embaladas ao longo do século XX, em que as referências aos atributos femininos assumiram nova conotação, permitindo vislumbrar um futuro de novos estudos sobre as mulheres e suas diferentes formas de inserção e participação na sociedade.